



## Senador propõe fim do foro privilegiado em diversos crimes

Delitos contra a administração pública, lavagem de bem, direito ou valor obtidos em crimes contra órgãos públicos e crimes hediondos deixariam de ser julgados em foro especial

A proposta apresentada pelo senador Acir Gurgacz aguarda

indicação de relator na CCJ. Na justificativa, ele diz que “o que era foro por prerrogativa de função se

transformou, com o tempo, em foro privilegiado, dadas a morosidade e a ineficiência de nossa Justiça”. 4



Ass. Com./Prefeitura Municipal de Varginha

Autora diz que projeto aprofunda impacto social do Minha Casa, Minha Vida

### Projeto reserva imóveis para famílias de renda mais baixa

A senadora Ana Rita propõe que ao menos 15% do orçamento do Programa Minha Casa, Minha Vida seja destinado à construção de imóveis para famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil. Segundo ela, tem sido

frequente a queixa contra os valores cobrados pelos imóveis do programa, que estariam afastando as famílias de renda mais baixa. A proposta de Ana Rita está sendo analisada pela Comissão de Assuntos Sociais. 4

### Texto regulamenta uso do acostamento por motoristas 3



Carlos Humberto/SCO/STF

Projeto também determina que hipóteses para aplicação de foros especiais, como o STF, podem ser definidas em lei ordinária

### Reforma ortográfica não será unilateral

Nota do presidente da Comissão de Educação esclarece rumores de que o Senado estaria prestes a aprovar uma reforma

radical na ortografia da língua portuguesa. Mudanças dependem de comum acordo entre países que usam o português. 2

### Parlamentares querem isentar aposentadorias 4

### Contador do PT pode falar à CPI

A CPI Mista da Petrobras recebeu requerimento para ouvir o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. O deputado Carlos Sampaio,

autor da iniciativa, quer que Vaccari explique encontro que teve com o doleiro Alberto Youssef antes da Operação Lava-Jato. 3

O doleiro Alberto Youssef (foto) falou com Vaccari dias antes da Operação Lava-Jato ser deflagrada



Gerardo Mugela/Agência Senado

### Proposta visa prevenir violência nas escolas 2

### Senado avalia pensão vitalícia para ex-atleta Lais Souza 4

#### O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de Lei do Senado

Secom — Criação e Marketing

#### Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em: [www.senado.leg.br/agoraelei](http://www.senado.leg.br/agoraelei)

# Cyro refuta boatos sobre mudanças ortográficas

Rumores difundidos nas redes sociais diziam que o Senado estaria prestes a aprovar mudanças na ortografia da língua portuguesa. Presidente da Comissão de Educação esclarece o que está realmente acontecendo

RECENTES BOATOS DE que o Senado estaria a ponto de aprovar mudanças na ortografia da língua portuguesa não procedem, explica o presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Cyro Miranda (PSDB-GO). O rumor que se espalhou nas redes sociais nos últimos dias de que estaria em análise uma reforma ortográfica que extinguiria o “ss”, a “ç”, o “ch”, o “h” inicial, entre outras modificações, não corresponde à realidade.

Na verdade, explica Cyro Miranda, a Comissão de Educação está examinando a data em que passará a ter validade o acordo de unificação ortográfica firmado pelo Brasil em 1990. O acordo entraria em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2013, mas o início da vigência foi adiado para janeiro de 2016 por decreto da presidente Dilma Rousseff.

A unificação em questão terá que ser feita em entendimento com os países de língua portuguesa e, mesmo que quisesse, o Brasil não poderia tomar nenhuma decisão unilateral.

A pedido da senadora Ana Amélia (PP-RS), a CE criou um grupo de trabalho formado por professores e linguistas para debater o assunto, analisar o acordo e sugerir meios de facilitar a implantação das novas regras.



Cyro Miranda explica que o objetivo da comissão é examinar a data para o acordo

De fato, houve no grupo sugestões de mudanças radicais no acordo, mas isso não foi formalizado como proposta da comissão e muito menos se tornou proposição legislativa — o que seria exigido para qualquer mudança formal.

— Não queremos fazer uma

reforma geral da ortografia. Queremos fazer o mínimo possível de mudanças, mas chegar a um consenso entre os países. Ainda estamos longe disso — afirma Cyro.

Veja abaixo o esclarecimento divulgado pelo senador nesta semana:

## Esclarecimento sobre o Acordo Ortográfico

Em resposta à demanda de professores de português, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou, no dia 1º de outubro de 2013, a criação de um grupo de trabalho destinado a propor a unificação ortográfica da língua portuguesa, conforme acordo já firmado em 1990.

Esse acordo entraria em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2013, mas o início da vigência foi adiado para janeiro de 2016 por decreto da presidente Dilma Rousseff.

A unificação em questão terá que ser feita em comum entendimento com os demais países. Portanto, não há nada que senadores, a Comissão de Educação e até mesmo o Brasil possa fazer unilateralmente.

Recentes notícias de que estaríamos a ponto de reformular a ortografia da língua portuguesa não procedem.

**Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)**

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

## Prevenção da violência nas escolas está em análise

Um programa de prevenção contra a violência para garantir a segurança de professores e alunos pode se tornar obrigatório nas escolas. Projeto de Lei do Senado (PLS) 251/2014, em análise na Comissão de Educação (CE), estabelece a criação do Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira.

O programa prevê ações como jogos pedagógicos, palestras interativas, distribuição de cartilhas de prevenção

contra a violência, dinâmicas de grupo e incentivo à leitura. Acompanhamento psicológico, exibição de filmes e reuniões periódicas com pais e professores também estão previstos.

O texto propõe criar núcleos multidisciplinares de prevenção nas escolas e em unidades socioeducativas de internação.

Após a CE, o projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta foi apresentada pela Comissão de Direitos

Humanos (CDH), com base na sugestão dos estudantes Ágata Pereira, Ana Paula Feitosa, Danielle Almeida, Marta Pereira e Márcio Bugine Júnior, integrantes do Programa Senado Jovem Brasileiro de 2013. Participam do programa os vencedores do Concurso de Redação do Senado, cujas inscrições para a edição de 2014 se encerram hoje.

Programa Senado Jovem 2014:  
[www.senado.leg.br/jovemsenado](http://www.senado.leg.br/jovemsenado)

## Projeto cria prêmio anual para jovem empreendedor

Está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto que cria o Prêmio Jovem Empreendedor. O PRS 14/2014, elaborado por José Agripino (DEM-RN), recebeu voto favorável do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO).

A proposta é premiar anualmente estudantes, jovens empreendedores e entidades governamentais e não governamentais que tenham algum trabalho de destaque na área de empreendedorismo. A apreciação das indicações e a escolha dos premiados seriam realizadas pelo Conselho do Prêmio Jovem Empreendedor, formado por senadores e três representantes do setor

produtivo ligado ao tema do empreendedorismo.

Na opinião de Agripino, o empreendedor brasileiro enfrenta muitas barreiras, como a burocracia, as limitações para a obtenção de crédito e a falta de mão de obra qualificada. Por isso, precisa de incentivo para seguir em frente.

O relator, Valdir Raupp, concorda que é preciso dar mais visibilidade aos empreendedores, uma vez que eles “atuam como desbravadores de novos caminhos no setor produtivo”.

Após votação na CAE, o PRS 14/2014 seguirá para a Comissão Diretora do Senado.

## Suicídio de Getúlio Vargas faz 60 anos neste domingo

Em 24 de agosto de 1954, o então presidente da República, Getúlio Vargas, matou-se com um tiro no peito. Senadores tiveram participação na crise que culminou no suicídio, conforme o **Jornal do Senado** publicou na seção “Arquivo S” deste mês.

Na reportagem, Pedro Simon (PMDB-RS) relembra os acontecimentos que chocaram o país. O jornalista Lira Neto, autor da trilogia biográfica *Getúlio*, e o historiador

Antonio Barbosa também comentam o fato. Para Lira Neto, a ideia do “sacrifício” aparecia nas anotações de Vargas desde 1930. Para Barbosa, o gesto adiou em dez anos o golpe militar.

A seção “Arquivo S”, uma parceria entre o **Jornal do Senado** e o arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira de cada mês.

Veja a reportagem especial:  
<http://bit.ly/GetulioArquivoS>

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Discursos

9h Sessão não deliberativa, sem votações de projetos, destinada a debates e a pronunciamentos dos parlamentares.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:**  
Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira

**Coordenação de Edição:** Sílvio Burl

**Coordenação de Multimídia:** James Gama

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim e Ronaldo Alves

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Requerimento protocolado anteontem na CPI pede a convocação do tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto, para esclarecer encontro com o doleiro Alberto Youssef

# CPI mista avalia convocar tesoureiro do PT

A CPI MISTA que investiga denúncias de corrupção na Petrobras recebeu anteontem mais pedidos de convocações para depoimentos. Entre os possíveis convocados, está o tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto.

A iniciativa partiu do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), que pretende saber por que o tesoureiro se encontrou com o doleiro Alberto Youssef dias antes de ser deflagrada a Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. Youssef foi preso, acusado de comandar um esquema criminoso, envolvendo corrupção, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e outros crimes.

Ao justificar o requerimento, o parlamentar cita reportagem do jornal *Folha de S.Paulo* do



Empresas de Youssef têm negócios com a Petros, fundo de pensão da Petrobras, segundo o jornal *Folha de S.Paulo*

dia 13 de agosto, revelando que a PF suspeita que João Vaccari Neto possa ter intermediado negócios entre a Petros, fundo de pensão

da Petrobras, e empresas do doleiro.

O encontro teria ocorrido na sede da GFD Investimentos, de propriedade de Youssef. A

empresa, segundo depoimento de Meire Poza, contadora de Youssef, não desenvolve qualquer tipo de atividade comercial.

Outro pedido de convocação apresentado diz respeito a João Procópio Junqueira Pacheco de Almeida Prado. Segundo o deputado Izalci (PSDB-DF), a Polícia Federal vê indícios de que ele seria laranja de Alberto Youssef.

O deputado lembra que, ao dar continuidade às investigações da Lava-Jato, a polícia investigou o banco português Carregosa, supostamente usado por Alberto Youssef para remessas de valores à Suíça, e levantou que pelo menos US\$ 5 milhões em contas em nome de João Procópio estão bloqueados em Genebra.

As convocações para depoimentos ainda precisam ser votadas pela CPI mista, que só deve se reunir novamente em 2 de setembro.

## Congresso poderá intimar convocados que não comparecem sem justificativa

Para evitar a ausência injustificada de testemunhas e indiciados às reuniões das CPIs para prestar depoimento, o PLC 174/2010 propõe garantir aos colegiados o poder de trazer, de forma coercitiva, os depoentes.

Isso significa que as CPIs

não precisarão mais recorrer a um juiz criminal para intimar uma testemunha que deliberadamente não compareça a reunião sem motivo justo. A proposta, do ex-deputado Rodovalho, modifica a Lei 1.579/1952, que rege o funcionamento das CPIs.

Para o autor, a providência que a lei requer é anacrônica em relação à Constituição, e não se harmoniza com os poderes conferidos pela Carta Magna às CPIs, instrumentos de investigação, como ressaltou, e não órgãos judiciais ou de segurança pública.

Relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Pedro Taques (PDT-MT) é favorável à alteração. No relatório, ele argumenta que diversos juristas em matéria constitucional, mesmo sem a modificação pretendida por essa proposição, já conside-

ram que as CPIs possuem poderes para determinar a condução coercitiva de testemunhas sem necessidade de interferência do Judiciário.

A proposição está pronta para ser votada pelos integrantes da CCJ, onde receberá decisão terminativa.

## Projeto especifica o uso do acostamento

Proposta que garante aos motoristas não serem punidos caso parem o carro no acostamento em situações de emergência está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PLS 116/2014, do senador Alfredo Nascimento (PR-AM), recebeu parecer favorável da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O projeto modifica o artigo 181 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997), que trata das infrações referentes a estacionar o veículo em uma série de locais — um deles, o acostamento de ruas e rodovias. Pela redação atual, a parada do carro no acostamento configura infração, exceto em “motivo de força maior”. A proposta detalha como seria essa exceção.

Pelo texto, situações de emergência que recomendem a imobilização do veículo, justificariam o uso do acostamento pelo motorista. Nesses casos, as punições previstas no código (penalização de três pontos na carteira de habilitação e multa de R\$ 53,20) não seriam aplicadas ao condutor.

### Justificação

Para Nascimento, é importante deixar claro que o motorista que usa o acostamento em caso de necessidade urgente não pode ser castigado. “Ninguém pode ser punido com base em uma imputação cujo fundamento excetua-se nos termos do próprio código de trânsito”, pondera, na justificação do projeto.

O senador também afirma

que a proposta contribui para a segurança nas estradas: “É uma disposição consonante com a própria função do acostamento. Promover a segurança significa parar o veículo lá, e o condutor não poderá ser multado quando estiver promovendo a segurança de si e de terceiros”.

Lúcia Vânia manifestou-se favorável ao texto, mas observou que nem todas as situações de emergência decorrem de motivos de força maior: “Essa é apenas uma das causas que podem levar a uma situação de emergência, que pode decorrer também de falta de planejamento, culpa ou dolo”, observa, referindo-se a hipóteses como falta de gasolina ou outro tipo de descuido do motorista.

## Cristovam lembra proposta de Campos para educação



Foi o que afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF), ao cobrar dos candidatos um discurso em

“Quando os filhos do rico e os filhos do pobre estudarem na mesma escola, nós vamos ter o Brasil que nós queremos. Essa frase, dita pelo então candidato à presidência da República Eduardo Campos, precisa ser adotada pelos presidencialistas.”

favor da educação no Brasil. Na avaliação dele, quem melhor dizia isso era Eduardo Campos, que, conforme o senador, enxergava a longo prazo e não se limitava a ver o imediato.

O parlamentar lembrou que Campos defendia a escola em tempo integral, acreditando que essa é uma condição para que o país cresça de verdade.

— Os candidatos perderam a capacidade de sonhar, de definir estratégia, de articular a base de apoio — disse o senador.

## Viana quer agravar penas para crimes cometidos em ônibus

Jorge Viana (PT-AC) apresentou, anteontem, proposição visando punir com mais rigor crimes dentro de transporte público ou em pontos de embarque ou desembarque de passageiros.

Segundo o senador, esse tipo de crime vem aumentando no Brasil, o que o levou a apresentar o projeto. Viana disse que nos Estados Unidos foi aprovada uma lei que agrava penas para crimes co-



metidos em espaço público por colocar em risco a vida de muitas pessoas.

— Posso dar alguns exemplos: no caso de roubo, a pena é de quatro

a dez anos. Mas no caso de um roubo feito dentro de um ônibus, parada de ônibus, ou dentro de um táxi, o juiz vai poder agravar e elevar a pena. Claro que isso não resolve tudo, mas ajuda a dar mais segurança no transporte público do país — disse.

## Simon exalta ex-governador e pede fim do “toma lá dá cá”

Pedro Simon (PMDB-RS) homenageou Eduardo Campos, candidato à Presidência da República pelo PSB, morto em acidente de avião no dia 13,

e manifestou esperança de que as relações do Congresso com o Executivo deixem de se pautar pelo “toma lá dá cá”.

Em discurso, ontem, Simon exaltou a trajetória de Campos, a luta política desde a juventude e o legado para o



país. Ele elogiou a candidatura de Marina Silva, que foi oficializada como cabeça de chapa do PSB. A seu ver, Marina, pela postura po-

lítica, tem condições de desenvolver uma nova relação com o Legislativo, pautada no debate de ideias em torno do que seria melhor para o Brasil, justamente por não contar com uma estrutura partidária forte.

# Proposta acaba com foro privilegiado em vários casos

Crimes contra a administração pública e hediondos estão entre as situações que não deverão mais aceitar a aplicação do foro especial, segundo projeto em análise na Comissão de Direitos Humanos

AGUARDA INDICAÇÃO DE relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) projeto que exclui o foro privilegiado nos casos de crimes contra a administração pública, de lavagem de bens, direitos ou valores decorrentes de crime contra a administração pública e de crimes hediondos.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2014 estabelece também que as hipóteses de aplicação do “foro especial por prerrogativa de função” poderão ser limitadas por lei ordinária, e não mais por emenda constitucional. A mudança permitiria aprovar alterações dos crimes sujeitos a julgamento em foro especial por maioria simples no Senado e na Câmara, e não mais por três quintos dos integrantes de cada Casa legislativa.

Para o autor, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), a PEC é uma forma de tornar o direito

mais conectado à dinâmica da sociedade.

“O que era foro por prerrogativa de função se transformou, com o tempo, em foro privilegiado, dadas a morosidade e a ineficiência de nossa Justiça”, argumenta o senador na justificativa da proposta.

## Privilégio estendido

Ao serem julgadas, acrescenta Gurgacz, as autoridades com foro privilegiado costumam levar consigo outros réus, o que faz com que o privilégio se estenda muitas vezes a outras pessoas que nem sequer ocupam cargos públicos.

O senador ressalta ainda que os bens jurídicos envolvidos nos crimes contra a administração pública e lavagem de bens “são muito valiosos para a sociedade”, o que o leva a defender a responsabilização criminal dos agentes públicos nos mesmos moldes que um

cidadão comum, não cabendo privilégios.

Atualmente, apenas o Supremo Tribunal Federal (STF) pode processar e julgar as infrações penais cometidas pelo presidente e pelo vice-presidente da República, ministros de Estado, membros do Congresso e procurador-geral da República.

Crimes cometidos por governadores, desembargadores e conselheiros de tribunais de contas, entre outros, devem ser julgados pelo Superior Tribunal de Justiça. Juizes federais só podem ser julgados pelos tribunais regionais federais.

Políticos, juristas e até alguns ministros do Supremo têm observado que falta ao STF estrutura e vocação para julgar matéria criminal. Além disso, alega-se que o julgamento na Corte reduz ou elimina as possibilidades de recurso contra uma decisão.



Imóveis do Minha Casa, Minha Vida: famílias mais pobres reclamam dos preços

## Projeto quer garantir imóvel a família com renda até R\$ 1,6 mil

O Programa Minha Casa, Minha Vida poderá ter um mínimo de 15% do orçamento destinado a famílias com rendimento mensal de até R\$ 1,6 mil. É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado (PLS) 242/2014, da senadora Ana Rita (PT-ES). A proposta está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com a autora do projeto, têm sido frequentes as queixas de que os empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida atendem, geralmente, a famílias com renda superior ao valor previsto no projeto, por conta do preço dos imóveis.

Segundo Ana Rita, considerando que o déficit habitacional no Brasil atinge principalmente famílias com renda de até três salários mínimos e que o programa conta com subsídios de várias fontes, é imprescindível garantir um percentual mínimo de aplicação para as famílias na faixa de renda mais baixa.

A senadora entende que o projeto aperfeiçoa o Minha Casa, Minha Vida, “aprofundando o seu grande impacto social e tornando mais efetiva a focalização dos recursos do Orçamento Geral da União e do FGTS, as duas principais fontes que o viabilizam”.

## Comissão analisa pedido de pensão vitalícia à ex-atleta Lais Souza

A ex-ginasta e esquiadora Lais Souza, que perdeu os movimentos do corpo do pescoço para baixo após um acidente durante treinamento no início deste ano em Salt Lake City (EUA), poderá receber uma pensão especial vitalícia da União. É o que determina o PLC 81/2014, da deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado para análise.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) é o relator do projeto, que foi apresentado no início de junho na Câmara dos Deputados. A proposta chega ao Senado depois de ser aprovada em menos de um mês pelas três comissões que a analisaram e pelo Plenário da Câmara.

Após ser analisada na CAS, a proposta vai para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para depois

ser votada no Plenário do Senado.

A pensão solicitada para Lais Souza seria personalíssima e intransferível, o que significa que não poderia ser transmitida aos herdeiros da ex-atleta. O pagamento do auxílio, mensal, equivaleria a R\$ 4.390,24, o que corresponde ao limite máximo para esse tipo de benefício.

A autora do PLC 81/2014 argumenta que o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e a Confederação Brasileira de Desportos na Neve (CBDN) têm bancado tanto as despesas de tratamento médico e de fisioterapia de Lais quanto a aquisição de equipamentos de mobilidade e conforto. Isso é feito por meio de um seguro contratado pelas entidades. No entanto, segundo o texto do projeto, é necessário garantir à ex-atleta uma fonte permanente de subsistência.



Lais posa com a equipe responsável pelo tratamento nos Estados Unidos



No caso do Supremo, proposta também enfatiza que a Corte não tem estrutura ou vocação para julgar matéria criminal

## Aposentados podem reaver isenção no Imposto de Renda

Pessoas com 70 anos ou mais poderão ter as aposentadorias e pensões isentas de Imposto de Renda. É o que determina a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 61/2004, que aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pelo texto, o imposto também não incidirá sobre os rendimentos provenientes de transferência para a reserva remunerada ou reforma pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada complementar.

A isenção irá até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês em que o contribuinte completar 70 anos de idade,

sem prejuízo da parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do IR.

Em seu relatório, Sérgio Petecão (PSD-AC) inclui emenda que proíbe o uso cumulativo da não incidência e da isenção outorgadas em razão da idade do contribuinte. Dessa forma, os aposentados e pensionistas terão direito à isenção do IR até R\$ 1.787,77, a partir dos 65 anos, e até R\$ 4.390,24, a partir dos 70.

De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e subscrita por outros senadores, a proposta busca resgatar o que a Emenda Constitucional 20/1998 retirou dos aposentados maiores de 70 anos. A Constituição concedia isenção sobre os rendimentos de aposentadoria aos maiores de 65 anos. Com a promulgação da emenda, a isenção foi revogada.

Paim ressalta ainda que em 2003 foi aprovada a Emenda Constitucional 41, que, entre outras medidas, instituiu a contribuição para a Previdência dos servidores inativos.

O senador considera que o Brasil vive uma situação de flagrante injustiça no campo tributário. Em sua avaliação, o princípio constitucional da capacidade econômica do contribuinte teria virado letra morta em face das sucessivas mudanças na legislação ordinária desde a aprovação da Constituição, em 1988.

Paim diz que é necessário rediscutir as prioridades do gasto público e repactuar a Federação como parte de um projeto que articule os interesses dos diversos segmentos da sociedade: o progresso material, a justiça social e o aprofundamento da democracia.